

**O DIREITO À CIDADE É UM DIREITO DE TODOS?
REFLEXÕES ACERCA DA MARGINALIZAÇÃO URBANA PRESENTE NA
GRAPHIC NOVEL *ENCRUZILHADA*, DE MARCELO D'SALETE.****Vitória Ellen Oliveira da Cruz¹**¹ Universidade de São Paulo/ cruzvitoria.ellen@gmail.com**Resumo**

De acordo com o 5º artigo da Constituição Federal Brasileira de 1988, todos cidadãos são iguais perante a lei e possuem direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Outro direito que deveria ser intrínseco aos indivíduos de uma organização social, porém pouco discutido e compreendido, é o direito à Cidade que, segundo Henri Lefebvre (2001), é uma forma superior de todos os direitos. Todavia, o modelo de sistema capitalista, eurocêntrico e, por consequência, racista, dificulta a totalidade desse acesso e segrega indivíduos específicos fazendo com que o direito à Cidade, e tudo o que o engloba, esteja ao alcance de poucos. Sendo assim, este artigo pretende propor reflexões em torno do que se entende como o direito à Cidade – termo desenvolvido primeiramente pelo filósofo Henri Lefebvre – e discutir sobre a segregação e marginalização da população negra, latentes nas grandes metrópoles. Para contribuir com as reflexões teóricas, a Graphic Novel *Encruzilhada* (2016), do quadrinista brasileiro Marcelo D'Saete, será utilizada para demonstrar como a marginalização, a exclusão e a violência física e verbal que sofre o indivíduo negro na Cidade moderna, é reflexo de um passado colonial não superado.

Palavras- Chave: Marginalização. Encruzilhada. Marcelo D'Saete.**Introdução**

Sabe-se que a Cidade é objeto de estudo de inúmeros trabalhos acadêmicos, analisá-la, tentar compreendê-la, desvendá-la e mesmo criticá-la foi – e é – ofício frequente de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas. Na Literatura, por sua vez, autores e autoras também escrevem sobre a Cidade, a qual ocupa, muitas vezes, espaço de protagonismo. As narrativas literárias envoltas desse complexo sistema possuem diversos intuitos e investigações, em *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, por exemplo, o autor tem como foco a violência urbana presente na Cidade contemporânea e os conflitos existentes nas grandes periferias, já em *Abraçado ao meu rancor* de João Antônio, o protagonista, figura pertencente à classe média burguesa, despeja insultos e descontentamentos acerca da grande metrópole paulista e com isso, também clareia as desigualdades sociais, raciais e econômicas que os indivíduos desta experimentam. Enfim, independente da finalidade dos escritos (acadêmicos ou literários), não

há dúvidas de que a Cidade configura-se como uma temática inesgotável.

Assim como os autores Paulo Lins e João Antônio fizeram, é inevitável debruçar-se sobre o *corpus*, objeto ou temática “Cidade” e não esbarrar nas inúmeras problemáticas existentes nesta principalmente no que concerne à vivência das populações menos favorecidas. Debruçar-se sobre questões como desigualdade, violência, tráfico, fome, segurança (ou não), privilégios de classe e etc. presentes na configuração das cidades contemporâneas é reconhecer que há indivíduos que são tratados de maneiras distintas e que não dispõem, igualmente, dos mesmos benefícios e acessos que a Cidade pode oferecer. Tal divergência ocorre, pois o direito à Cidade, inerente (em tese) a todos e todas cidadãs, é posse de poucos.

O termo “direito à cidade” abordado pelo filósofo, sociólogo e autor francês Henri Lefebvre, implica, de acordo com as palavras de Lefebvre, o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 2001, p.139), esse direito, continua o autor, “se manifesta como forma superior dos direitos: à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (p. 139).

No entanto, é evidente como tal acesso é direcionado apenas a uma pequena parcela social, aquela que entendemos como a que mantém e detém os modos de produção. Isso acontece, pois em uma sociedade classicista e racista existe uma triagem que determina os que têm direito à Cidade dos que não têm, logo, a classe trabalhadora pobre e preta é a que tem, constantemente, seu direito à Cidade renegado. Essa triagem é fruto do sistema capitalista e da modernização urbana que trouxeram mudanças e alterações para e nas cidades contemporâneas através de um processo violento de modernização capitalista, o qual acarretou em uma reestruturação urbana, e potencializou a marginalização e exclusão das classes menos favorecidas.

Dessa forma, as diferenças de classe e raça foram impulsionadas deixando a olhos nus a dimensão dos problemas de exclusão existentes no meio urbano. Não obstante, o crescimento urbano removeu considerável parte da classe trabalhadora dos grandes centros, a qual precisou se alocar em espaços à margem, espaços esses que seriam ocupados, majoritariamente, pela população negra que sofreu com a falta de respaldo e políticas públicas pós-abolição da escravatura em 1888. A partir desta ótica, a segregação, para Henri Lefebvre, é uma estratégia de classe que expulsa e priva o indivíduo da vida urbana, sendo então, um problema político (LEFEBVRE, 2001).

A partir do exposto, o presente artigo pretende acoplar discussões acerca do direito à cidade com o foco e intuito de discutir sobre a segregação e marginalização da população negra que é impedida de utilizar e ocupar a cidade efetivamente.

Para demonstrar como essa marginalização – de classe e, principalmente, de raça – se manifesta nas favelas das grandes metrópoles brasileiras, o artigo tem como objetivo analisar a Graphic novel *Encruzilhada* publicada em 2011, pela editora Leya, elaborada e ilustrada pelo quadrinista brasileiro Marcelo D’Saete, a qual através de seis contos gráficos, narra a vivência de diferentes personagens que passam por incontáveis problemas sociais e raciais. Por meio da Graphic novel, Marcelo D’Saete denuncia as injustiças urbanas sofridas pela população negra e pobre, a violência policial, a condição de crianças em situação de rua, os roubos e as violências físicas sofridas por esses indivíduos que traduzem a maneira como os marginalizados e os renegados vivem nas grandes cidades.

A marginalização como produto da urbanização e a exclusão do negro na Cidade

Inicialmente, é imperioso apontar que a elaboração e a projeção da Cidade, tal qual conhecemos na contemporaneidade, foram impulsionadas pelo processo de industrialização. Condutora das transformações na sociedade e geradora da sociedade moderna, a industrialização, presente na esfera europeia por volta do início do século XVIII, porém somente desenvolvida no Brasil no final do século XIX e início do XX, é o principal ponto de partida para pensarmos na marginalização de sujeitos dentro do espaço urbano.

À vista disso, é com a industrialização que surge a urbanização, isso porque, na concepção de Lefebvre (2001), a industrialização ocorre em companhia da urbanização, o que o filósofo denomina como sendo um duplo processo: “temos à nossa frente um *duplo processo* ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: a industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social” (2001, p. 16). Porém, ambos os processos tidos como modernizadores são carregados de marginalização e exclusão, uma vez que foi criado um projeto da burguesia parisiense no fim do século XIX – por recar os poderes da democracia – com a finalidade de expulsar dos centros urbanos o proletariado, destruindo, nas palavras de Lefebvre, a “urbanidade”. Para essa burguesia, o proletariado ameaçava seu conforto e segurança burgueses, pois “os detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados” (LEFEBVRE, 2001, p. 13). Com isso, Henri Lefebvre explica que os burgueses

Não se propunham desmoralizar a classe operária, mas sim, pelo contrário, moralizá-la. Consideravam como benefício colocar os operários (indivíduos e família) numa hierarquia bem distinta daquela que impera na empresa, daquela das propriedades e dos proprietários, das casas e dos bairros. Queriam atribuir-lhes uma outra função, uma outra condição, outros papéis, que não aqueles ligados à condição de produtores assalariados (2001, p. 24).

Longe de ser uma estratégia progressista à busca do “bem comum”, esse projeto abordado pelo filósofo tem raízes capitalistas, classistas e, principalmente, racistas. Para mais, em *Os condenados da cidade – estudos sobre marginalização avançada*, Loïc Wacquant da mesma forma aborda as mudanças que os guetos americanos e franceses passaram a partir de 1960, e discorre sobre o gueto comunitário criado após essas expulsões; nas palavras do autor, a periferia ou favela é

Uma formação socioespacial compacta e definida para a qual os negros de todas as classes eram despachados e confinados por um conjunto de instituições específicas locais, para o *hipergueto do fim-de-siècle*, uma configuração nova descentralizada, territorial e organizacional, caracterizada por uma segregação conjugada com base na raça e na classe, num contexto duplo de redução do mercado e de omissão da política social nos centros urbanos e de seu correspondente desdobramento em uma polícia ostensiva e onipresente e um aparato penal (2001, p. 8).

A expulsão da classe trabalhadora dos centros urbanos foi e continua sendo parte de um projeto violento, já que força, pela falta de recursos públicos destinados a determinadas áreas, esses indivíduos a se deslocarem desses espaços que não são queridos. O professor e pesquisador Luca Fazzini no artigo *Contemporaneidade urbana e violência endocolonial: reflexões em torno de Passageiro do fim do dia, de Rubens Figueiredo*, cita Loïc Wacquant para explicar como parte desse projeto foi desenvolvido em cidades norte-americanas:

Em âmbito local, uma coalização de empresas, bancos e interesses comerciais usou a crise fiscal das cidades para forçar o desmantelamento dos programas sociais que sustentavam os moradores do gueto e seus vizinhos. A ela se juntaram planejadores urbanos que viam na redução dos serviços municipais um meio eficiente de obrigar os pobres a sair das áreas designadas para revitalização. O resultado foi o que o historiador Robert Fisher chamou de encolhimento planejado ou <<triagem>> dos bairros de zonas centrais: o corte seletivo de serviços públicos como escolas, bibliotecas, delegacias de polícia e postos de bombeiros, destinado não só a pressionar os pobres a deixar o Centro da cidade como a libertar recursos para novos projetos de desenvolvimentos, voltados para empresas de classe média em outros bairros (WACQUANT, 2001, p. 80 citado em FAZZINI, 2021, p. 189).

Embora os projetos discutidos acima tenham acontecido em espaços geográficos e períodos distintos, é evidente que essas estratégias perpetuam-se nas sociedades

contemporâneas, não somente na europeia ou estadunidense como, sobretudo, na brasileira. Sendo assim, os processos de industrialização e urbanização contaram com mecanismos segregadores, os quais podemos relacionar aos mecanismos utilizados durante o colonialismo, já que este também contou com ideologias e concepções hegemônicas, e o resultado desses processos reflete e determina uma sociedade urbana contemporânea que lança mão das dinâmicas e lógicas coloniais que, como alega Fazzini, sublinham “as continuidades e as persistências das relações racializadas de hegemonia e subalternidade estabelecidas durante a modernidade colonial” (2021, p.190).

Tais dinâmicas funcionam como uma forma de manutenção do poder colonial, eurocêntrico e capitalista nos centros urbanos modernos que determinam e designam a exclusão social e a perda de direitos daqueles que fogem das normas, aqueles que são como os condenados em suas próprias terras. Por conseguinte, esses sujeitos enxotados e desalojados sem possuírem o direito à terra e à moradia, foram obrigados a se alocar e habitar os espaços à margem, recorrendo, assim, às periferias e às favelas dos grandes centros. Como reflexo, o direito à Cidade de Lefebvre perde-se assim como a cidadania plena, o que resulta na privação de identidade e subjetividade dos subalternizados. À vista disso, o Estado, cujo papel é assegurar os direitos a todos os cidadãos, alia-se ao capital imobiliário o que intensifica a desigualdade social, fragmentando, assim, os espaços urbanos que, por sua vez, privilegia as elites dominantes. É dessa maneira então, que surgem os subalternos os “não- cidadãos” (AZEVEDO, 2012, p.13) que são:

Denominações respectivamente contundentes, para definir o ser humano carente e lugar onde impera a pobreza. Os aglomerados subnormais, as periferias e favelas, são assim definidos, como marginalizados [...] Marginal não é aquele cidadão que infringe a lei ou a moral; marginal é o ser humano, o cidadão que está à margem da sociedade e do sistema (AZEVEDO, 2012, p. 20).

Além das problemáticas de classe existentes nas sociedades contemporâneas e nos centros urbanos, debruço-me sob a problemática racial envolta desses espaços, uma vez que dentro desse grupo de sujeitos marginalizados há um específico que é mais desumanizado e inferiorizado ainda: o grupo de homens, mulheres e crianças negras.

A discriminação racial é fortemente impulsionada por esse sistema capitalista urbano, as metrópoles evidenciam com maior cristalinidade as desigualdades raciais que vivem os sujeitos negros brasileiros, vítimas de um sistema colonial que violentou, torturou,

subalternizou e inferiorizou esses corpos; perpetuado na atualidade através das dinâmicas coloniais existentes nas cidades contemporâneas (FAZZINI, 2021). Nas palavras de Fazzini, isso se dá porque "a metrópole não atende às necessidades dos moradores e, nas dinâmicas de exclusão/inclusão, acaba reproduzindo as lógicas racistas que caracterizaram a modernidade colonial ocidental" (2018, p. 465).

Nesse sentido, de acordo com o autor e um dos maiores ativistas e militantes do movimento negro no Brasil, Abdias do nascimento, "a ideologia oficial ostensivamente apoia a discriminação econômica por motivo de raça" (1978, p.82). Assim, a população negra é a que mais sofre com as discriminações e desigualdades nos grandes centros e a que majoritariamente ocupa as periferias e as favelas brasileiras, pois como justifica Abdias "a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira" (1978, p.85) e a maior vítima dessa configuração social e econômica é o sujeito negro aquele que "se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação" (NASCIMENTO, 1978, p.85).

A marginalização do negro nas grandes metrópoles brasileiras torna-se ainda mais evidente quando observamos que a maioria das pessoas em situação de rua nos centros urbanos é negra e que, além disso, a população negra é a menos remunerada e a que lidera os rankings de maiores taxas de homicídio. Não obstante, os reflexos dessas exclusões é praticamente uma retaliação psíquica, porque além de ser segregada do meio urbano, a exclusão social da população negra provoca uma falta de identidade, dado que esta "é avaliada por aspectos subjetivos promotores de sentimentos de rejeição, perda de identidade, desvinculação de laços comunitários e sociais, tendo como consequência uma rede de sociabilidade com quebras de reciprocidade e solidariedade" (OLIVEIRA, 2012, p. 62) e essa perda está diretamente relacionada "ao não pertencimento e à perda de valor intrínseco" (p. 62).

A partir das reflexões construídas até aqui, é necessário compreendermos como as estratégias e projetos citados nesta primeira parte são ideologias e métodos demasiadamente violentos e atrozados direcionados a indivíduos específicos. E levando em conta tais problemáticas, faz-se vital analisarmos como as dinâmicas de poder encontram-se nas favelas e periferias e como a violência urbana é operada nos espaços à margem, para tal, conto com a segunda parte do artigo que apresentará a *Graphic novel Encruzilhada*, a qual guiará as discussões aqui colocadas.

A violência urbana contra o corpo negro em "Encruzilhada"

As produções artísticas como a música, a pintura, o cinema, o teatro, a literatura e outras, são meios que possibilitam a representação do “outro”. O ato de afastar-se de si, mesmo que momentaneamente, para enxergar o “outro” sob um ponto de vista distinto é possível por meio das artes (termo escolhido aqui em plural para expressar sua pluralidade). Nesse sentido, temos o texto ficcional como parte desses mecanismos artísticos que permite a representação e o retrato de outros sujeitos.

A escolha de determinados autores e autoras de reconstruir e apresentar vozes pouco ouvidas pode configurar-se como uma forma de lançar mão de uma arte agregadora e, quando nos referimos às questões raciais existentes nas dinâmicas urbanas das cidades, a literatura também tem a força de torna-se antirracista. Logo, a história em quadrinhos – ou a *Graphic novel* – do ilustrador Marcelo D’Saete é uma dessas escritas que ecoa as vozes de “outros”.

Nascido em São Paulo em 1979, Marcelo D’Saete é um quadrinista, ilustrador e professor reconhecido nacional e internacionalmente no âmbito artístico. D’Saete publicou quatro *Graphic novels* e ilustrou diversos livros. Sua primeira *Graphic novel* *Noite de luz* foi publicada em 2008; em 2011 o quadrinista publicou *Encruzilhada*, indicada para o prêmio HQMIX no ano seguinte. Em seguida, D’Saete publica um de seus maiores sucessos, a coletânea de contos *Cumbe*, em 2014, que, além de ser publicada em países como Alemanha, Portugal, França e Estados Unidos, lhe rendeu o prêmio Eisner em 2018, conhecido como o maior prêmio de Histórias em Quadrinhos, Já em 2018, após 10 anos de pesquisa, D’Saete lança seu primeiro romance gráfico *Angola Janga – uma história de Palmares*, vencedor do prêmio Jabuti na categoria de melhor história em quadrinhos.

Isto posto, fica evidente que o trabalho de Marcelo D’Saete é reconhecido na esfera artística assim como na esfera acadêmica, já que o quadrinista e suas produções têm sido objetos de análises e estudos acadêmicos, e sua relevância admirável dá-se pela maneira como o autor representa a população negra em diferentes contextos, seja inserida num sistema escravista colonial, seja nas vivências das grandes metrópoles. Independente dos enredos, D’Saete coloca em espaços de protagonismo homens, mulheres e crianças negras lhes atribuindo subjetividades e identidades que são constantemente negadas aos indivíduos negros na sociedade, negadas àqueles que são forçados a perder – ou não desenvolver – essas subjetividades e identidades através das práticas de racismo e violência presentes nas periferias e favelas dos centros urbanos.

Encruzilhada (2016), uma coletânea de contos gráficos, conta com seis narrativas curtas

intituladas *Sonhos*, 93079482, *Corrente*, *Brother*, *Encruzilhada* e *Risco*. As personagens desses contos habitam o que parece ser uma favela ou periferia da cidade de São Paulo, o enredo não comprova que o espaço é a cidade paulista, mas há algumas imagens que sugerem que a ambientalização seja em alguma (ou algumas) favela(s) ou periferia(s) de São Paulo. Essas personagens, protagonistas e agentes nos contos, possuem diferentes vivências e realidades, no entanto, essas vidas se correlacionam ao passo que provam das injustiças raciais e sociais nos espaços à margem. .

Vítimas desse sistema que os segrega e os exclui, as personagens dos contos demonstram como a ausência de direitos e acessos é uma realidade entre os habitantes das periferias. Esses protagonistas são múltiplos, alguns são trabalhadores formais, outros informais, ladrões de carro e celulares, pais e mães de família, desempregados, garotas de programa, crianças em situação de rua e etc. Apesar de não romantizar a vida das personagens, Marcelo D'Saete não as aloca a um lugar de inferioridade, pelo contrário, os enredos possibilitam que o leitor/leitora entre em contato com uma atmosfera complexa com sujeitos igualmente complexos a fim de compreender como esses espaços se organizam e como esses indivíduos sobrevivem às adversidades. Com isso, a violência urbana e o racismo são, nos contos e para as personagens, investidas frequentes das instituições de poder, tais como o Estado e seu fiel escudeiro: a polícia.

Recorreremos ao último conto da coletânea, *Risco*, para exemplificar como a violência urbana contra o corpo negro ocorre dentro das metrópoles. Doca, o protagonista deste conto, é um jovem negro que trabalha olhando e vigiando carros de motoristas quaisquer em troca de algumas moedas, prática bem comum nos bairros das grandes cidades. Em uma cena na qual Doca e dois amigos estão fumando um cigarro de maconha, uma viatura da polícia surge e, ao ver os três jovens – possíveis suspeitos de algo –, decide parar e fazer uma abordagem. Nessa abordagem, todavia, quem sofre represália dos policiais é apenas Doca, o único jovem negro.

Ao fim do conto *Risco*, nos deparamos com outra cena de violência vivenciada pelo protagonista. Nessas cenas, o personagem chamado Digo – um jovem branco – estaciona o carro em uma das ruas que Doca está trabalhando como guardador e deixa que o jovem “cuide” de seu automóvel. Ao voltar para o carro, Digo nota que há um risco no veículo e imediatamente culpa Doca pelo acidente, acreditando que goza do direito de confrontar o guardador – pensamento de raiz racista que faz com que pessoas brancas acreditem que podem confrontar qualquer indivíduo negro –. Em seguida, Digo acusa Doca e decide agredi-lo fisicamente.

Durante a agressão, uma viatura interrompe os jovens e ao invés de parar a briga e prestar auxílio ao jovem machucado, o policial mostra-se enfurecido quando Doca, cansado e exaurido dos tratamentos violentos, revida:



Figura 1: *Doca*. (D'Saete, 2016, p. 143)

A partir da fala de Doca, o policial consternado, passa a agredir o jovem em um local público. Paralelamente ao ato de violência, o enredo mostra uma jornalista que, ao ouvir gritos vindos da rua, vai até a janela e se depara com a cena de agressão policial contra um jovem negro. É nesse momento que o leitor/leitora experimenta um sentimento de revolta, pois a mulher apanha uma câmera fotográfica e inicia uma sessão de fotos do episódio com intuito de vendê-las para que possam estampar a primeira página do jornal local que contaria com a manchete *Execução no centro*. No entanto, ao perceberem que estão sendo fotografados, os policiais decidem encerrar a agressão e partir.



Figura 2: *Policiais recuam*. (D'Saete, 2016, p.150)

Apesar do singelo fim que a narrativa dá para o protagonista, as investidas de violência física sofridas por Doca são uma forma de violência corriqueira na Cidade e nos meios urbanos que “afeta os corpos e molda as subjetividades” (FAZINNI, 2021, p. 6). Essas situações que ocorrem de forma pública se dão pelo fato de que o corpo negro periférico é aquele que pode ser violentado e agredido publicamente, porque há uma força maior que hierarquiza os indivíduos e dita quais são os corpos que devem viver e quais são aqueles que podem morrer. E esses mecanismos são aceitos, pois, segundo citado por Fátima Lima no artigo *Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe*, o filósofo e intelectual Achille Mbembe diz ser o racismo:

[...] acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, "este velho direito soberano de matar". Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e torna possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é "a condição para aceitabilidade do fazer morrer" (Mbembe, 2018, p. 18)

A violência que a personagem Doca vivencia não é uma prática individual e isolada, é preciso compreender que essa agressividade seja física ou verbal é produto latente de uma sociedade racista que persiste em organizar a cidade sob técnicas e metodologias coloniais. A marginalização, a segregação e a exclusão não poderiam ser se não mecanismos de um poder colonial presente no meio urbano.

O episódio vivido por Doca no conto faz parte de uma dinâmica e estratégia social do próprio sistema de solapar e marginalizar a população negra, além disso, essas ferramentas se baseiam nas ramificações do biopoder para tornar o constante homicídio e a recorrente agressão contra esses sujeitos práticas ordinárias. O genocídio do povo negro é o único aceito na modernidade e é feito para ser propositalmente não visto por todos nós. Sobre esse homicídio arquitetado, Fátima Lima apresenta uma concepção que não devemos nunca nos esquecer:

O genocídio da população negra constitui hoje um dos grandes traços de uma necropolítica à brasileira que se encontram nas formações históricas como nos constituímos enquanto nação. Esses dados nos colocam frente a situações que exigem reflexões e tomadas de posições mais agudas no enfrentamento das práticas racistas como engrenagens bio-necropolíticas que, na raça, ou melhor, nas práticas racistas e nas ideias de raças contemporâneas, é ainda um grande delírio (2018, s/p).

Considerações finais

As reflexões construídas neste trabalho não esgotam ou concluem o assunto e muito menos serão estagnadas, pois existe uma gigantesca movimentação de textos acadêmicos e literários que tentam compreender com maior veemência como as dinâmicas sociais, raciais, econômicas e políticas coexistem e se manifestam na construção e continuação das cidades urbanas. A falta de direitos à Cidade da população negra acontece porque há investidas e tentativas constantes do sistema em determinar quais são as formas de estar no mundo que devem prosperar em detrimento de outras. A falta desses acessos e direitos simboliza uma colonização moderna que coloniza corpos, identidades e subjetividades de homens, mulheres e crianças negras. Logo, a violência que a personagem Doca vive, por exemplo, demonstra como ele é uma pessoa não digerível e como há um controle de morte desses corpos que, para esse sistema, não importam.

Por fim, através das personagens e das histórias contadas em *Encruzilhada* (2016), Marcelo D'Saete não representa a violência com fim apenas na própria violência, longe disso, as narrativas de D'Saete são construídas com o intuito de denunciar e expor como funcionam essas represálias do Estado para com esses indivíduos. D'Saete, portanto, faz parte de uma gama de novos artistas que busca, por meio da escrita, mostrar a realidade da nossa sociedade com o fim de ressignificar essas vivências e fazer rugir vozes silenciadas.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Editora Jandaíra, 2021.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Leticia. *Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana*, 2018.

AZEVÊDO, Kalyne. *Pobreza, marginalização e segregação socioespacial: uma visão teórica das periferias urbanas*. UEPB, Paraíba, 2012
CARVALHO, Murilo. *Raízes da morte*. Editora Ática. São Paulo, 1977.

D' SALETE, Marcelo. *Encruzilhada*. Editora Veneta, 2016.

FAZZINI, Luca. *Territórios de exceção: poder, espaço urbano, literatura*. Revista rua, volume 24, n.2, 2018.

FAZZINI, Luca. *Contemporaneidade urbana e violência endocolonial: reflexões em torno de passageiro do fim do dia de Rubens Figueiredo*. Itinerários, Araraquara, n.52, 2021.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. New Left Review, n. 53, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Editora Centauro, 2001.

LIMA, Fátima. *Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe*. *Arquivos brasileiros de psicologia*, vol. 70, 2018.

LORRAN, Tácio. Revista eletrônica Metrôpoles. Disponível em:
<https://www.metropoles.com/brasil/no-brasil-negros-sao-mais-pobres-morrem-mais-e-ganham-menos-que-brancos>. Acesso em: 04 de Agosto de 2022.

OLIVEIRA, Aline Meneguini de. *Urbanização brasileira e marginalidade: os olhares socioeconômico e sociocultural em contraponto*. Revista Faac, Bauru, v. 2, n. 1, abr./set. 2012.

ROMERO, José Luis. *América Latina: As cidades e as ideias*. Editora UFRJ, 2004.

RESENDE, Kellen. *A cidade vista de baixo: o olhar dos marginalizados*. Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.